

Gramsci, Turner e Geertz O Fim da Hegemonia do PT e o Golpe¹

Gustavo Lins Ribeiro

Cátedra Ángel Palerm

Departamento de Antropologia

Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa

Pesquisador Associado Senior

Departamento de Antropologia

Universidade de Brasília

Gramsci: blocos históricos e hegemonia

Desde sua Independência e proclamação da República o Brasil tem uma história política repleta de golpes ou tentativas de golpes. A ditadura civil-militar de 1964-1985 espelhou a triste chegada ao poder de um bloco histórico, em termos gramscianos, da direita conservadora brasileira que tinha expressado seu apetite pelo poder nos episódios que levaram Getúlio Vargas ao suicídio em 1954 e na conspiração que visava a impedir a posse de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Com uma transição à democracia, na década de 1980, sem responsabilizar os que romperam com a democracia e os direitos humanos, como fizeram os argentinos – certamente com a força moral que a derrota na Guerra das Malvinas (1982) concedeu aos civis democráticos –, um novo pacto brasileiro cristalizou-se na Constituição de 1988. Entretanto, as forças sociais, econômicas e políticas representadas pelos militares obviamente não desapareceram e continuaram com alto poder de fogo.

Em todo o processo que levou ao final da ditadura muitas forças tiveram papel preponderante, sempre em complexas alianças, em uma espécie de aceitação explícita ou calada de políticas de frente ampla. Isso ocorreu tanto no plano institucional, com um partido como o Movimento Democrático Brasileiro (futuro PMDB) congregando um gradiente de esquerdas a liberais, quanto no plano da sociedade civil que conheceu uma explosão das

¹ Quando Igor Machado me convidou para escrever um texto sobre a “antropologia do golpe”, me pareceu uma oportuna iniciativa reunir visões de antropólogos sobre os acontecimentos no Brasil em 2016. Mas tenho que fazer a mesma advertência ao leitor que fiz ao Igor: nunca fiz antropologia da política, campo bastante desenvolvido no Brasil. De qualquer forma, aceitei o desafio e aqui vai minha perspectiva “antropologicamente posicionada”.

então chamadas entidades (depois conhecidas pelo anglicismo organizações não governamentais). O futuro revelaria que, neste quadro, a mais importante força política em crescimento e consolidação seria o Partido dos Trabalhadores com o seu líder, Lula, desde sempre carismático e de difícil aceitação por diversos setores conservadores. Na história da “abertura lenta, gradual e segura” (o jargão do regime militar que preparava o seu próprio fim), estava em gestação um bloco histórico progressista cuja presença se veria durante os mais de treze anos de exercício do poder do PT – o mais longo período de domínio do poder federal, em tempos democráticos, por um partido.

O Partido dos Trabalhadores, ainda que parecera apontar para um horizonte clássico de esquerda dominado por cânones marxistas – afinal, os operários eram, por definição, “a” classe revolucionária –, não se inscrevia nos moldes dos então existentes e, durante muito tempo, clandestinos Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil, caudais clássicos da esquerda brasileira. De qualquer forma, a ditadura do proletariado e o centralismo democrático lentamente foram passando para o fundo do cenário com a aceitação por parte dos comunistas do jogo democrático republicano, antes entendido criticamente como democracia burguesa. Isso ocorreu no Brasil e fora dele, lembremos do eurocomunismo, com resultados às vezes patéticos como o surgimento do Partido Popular Socialista (PPS) já há algum tempo claramente participante do bloco histórico conservador.

Certamente foi por esse caráter promissor e inovador do PT, com ampla militância, base popular e apontando para caminhos diferentes, que a chegada ao poder de Lula em 2003, após três tentativas frustradas, foi vista de forma alvissareira, e um frisson percorreu o bloco histórico progressista de Norte a Sul. Uma outra forma de fazer política parecia possível. Mas a cultura política hegemônica no Brasil, com seus conchavos a portas fechadas e incrustada em uma engenharia republicana que obriga, em nome da governabilidade, a uma pragmática de alianças multipartidárias no Congresso Nacional, logo demonstrou sua força. Nos primeiros momentos do governo do PT, surgiu uma aliança com o mais influente cacique da história do bloco conservador, José Sarney, que havia sido presidente da Arena – Aliança Renovadora Nacional, o partido que dava sustentação política à ditadura civil-militar. Mais estava por vir. Explodiu o Mensalão em 2005, indicando que o PT tinha sucumbido à velha política do “toma lá, dá cá”, algo, para muitos, insuportável e causador da primeira cisão importante no bloco progressista, a saída de vários políticos do PT e a concomitante fundação do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

Em termos econômicos, o presidente Lula (2003-2010) governou em céu de brigadeiro, a ponto de ter podido ironicamente dizer que a grande crise sistêmica capitalista de 2008 chegaria ao Brasil como uma “marolinha”. Seus dois mandatos tiveram momentos de euforia, de certa retomada da ideologia de Brasil Grande, com um expansionismo notável na frente externa, o que certamente levou o então presidente, cuja história pessoal já era suficientemente poderosa, a se tornar uma celebridade mundial. Deixou a presidência levando consigo a merecida aura de um governo de inclusão de milhões de brasileiros a certo bem-estar e a uma dignidade cidadã. Frente à subsequente crise de hegemonia que se desenrolaria quando a marolinha virou tsunami, muitos diriam que os erros seriam não ter ido mais além de uma inclusão consumista, não haver feito uma reforma política quando era possível (para romper com a força sempre presente do bloco conservador) e haver acreditado que era possível se ligar ao bloco conservador sem incorrer em custos exorbitantes.

Talvez dos movimentos mais problemáticos do ex-presidente Lula se encontre fazer sua sucessão por meio de um quadro sem experiência política mais além da sua participação em burocracias estatais. É certo, a presidente Dilma Rousseff (2011-2016) defrontou-se com uma conjuntura econômica adversa. Crescentemente China-dependente, transformado em país primário exportador, o Brasil sofre com as “baixas” taxas de crescimento do gigante asiático. Em consequência, a crise econômica do capitalismo mundial vai sendo internalizada. Mas também é certo que Dilma não contava, nem de perto, com as habilidades políticas de seu antecessor. Manter o pacto de agradar a gregos e troianos em uma conjuntura adversa e sem carisma político era tarefa impossível. A mudança de política do governo do PT vai aumentando, de forma declarada ou não, as fissuras, no bloco progressista. A construção da hidrelétrica de Belo Monte demonstrou exemplarmente o aprofundamento da adoção de uma política desenvolvimentista de grandes projetos de infraestrutura, sem respeito às populações locais e indígenas nem ao meio ambiente. Em 2013, em São Paulo, a juventude, inconformada com o estado das coisas em sua cidade e no país, sai massivamente às ruas provocada por aumento de tarifa de transportes. Dilma disse ter ouvido a voz das ruas, mas buscou um acordo por cima.

Em 2014, o PT, graças a um enorme esforço de união do bloco progressista, por pouco consegue se manter na Presidência da República. Estava clara a crise de hegemonia após 12 anos no poder. Paralelamente, o bloco conservador consegue eleger o Congresso mais conservador depois da restauração democrática de 1985. Em 2015, após a difícil eleição, a presidente se alinha cada vez mais a soluções econômicas conservadoras para lidar com a recessão. Não tem sucesso, por não contar com apoio no Congresso presidido por um desafeto. Aumenta a insatisfação. A polarização entre o bloco conservador e o progressista, que já vinha de antes, cresce, catapultada pelas redes sociais e por uma volta às ruas de movimentos de direita. O cenário se consolida, desta vez para um drama institucional sem intervenção militar.

Turner: ruptura, crise, reparação, desfecho

Para pensar o processo de *impeachment* no Brasil, tomarei a conhecida interpretação do antropólogo Victor Turner (1974) sobre dramas sociais, subdivididos em momentos de ruptura, crise, reparação e desfecho. Talvez outros identifiquem momentos e personagens diferentes dos que apontarei como importantes no golpe constitucional perpetrado contra Dilma Rousseff. Devo deixar claro que para mim os atores principais neste drama são a ex-presidente e seu vice, ainda que também mencione, secundariamente, o ex-deputado Eduardo Cunha, o ex-presidente Lula e o juiz Moro. Turner, ao usar o termo fase, pode dar a impressão de que para se falar de “drama social” temos que contar necessariamente com sequências bem-definidas. Não é bem o caso, e, como se verá, frequentemente há sobreposições até a resolução do drama. Isso é especialmente verdadeiro quando se trata de um quadro tão complexo, como o que nos interessa, composto de tantos atores e agências. É notório também que, até o desfecho do processo, a liminaridade institucional e política vai incrementado.

Em consonância com o esquema de Turner, começarei com o momento de ruptura. Recordemos partes de sua definição. A ruptura de relações regulares pode ocorrer, por exem-

plo, internamente a partidos políticos, é “um símbolo óbvio de dissidência”, “um disparador simbólico de confrontação”, sempre com certo sentido “altruísta”, e o indivíduo que a pratica se enxerga como um representante que atua de acordo com o interesse de outros (Turner 1974: 38). O momento de ruptura fundamental é aquele em que o vice-presidente Michel Temer, após o acolhimento, em 2 de dezembro de 2015, do pedido de abertura do processo de *impeachment* por parte do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, se afasta do seu compromisso pessoal, institucional e político com a presidente eleita, por meio de uma carta de 7 de dezembro, amplamente divulgada. Nela fala da “absoluta desconfiança” de que ele e seu partido, apesar dos seus esforços, foram alvo; do “menosprezo do governo”; de ter sido um “vice decorativo”. Admite ainda que conversava com a oposição e afirma que o seu programa de recuperação da economia, “Uma Ponte para o Futuro”, foi visto como “manobra desleal”. Na verdade, a carta equivalia a uma declaração de saída do governo. Aqui o vice se liberava para, abertamente, posicionar-se e atuar contra a presidente e a favor do *impeachment* que, evidentemente, beneficiava seu projeto de poder pessoal e partidário. Percebo este momento como de ruptura porque, mais além do significado do estranhamento entre ocupantes de cargos estrutural e intimamente relacionados, nele foi dado o sinal de que um golpe institucional poderia ocorrer, tendo em vista que o vice-presidente o apoiaria e tudo seguiria com a aparência de normalidade política e institucional que permitiria afastar, para a opinião pública, a hipótese de que se tratava de um golpe clássico em que a Constituição é abertamente rasgada.

Após a ruptura, “uma fase de crise crescente advém” na qual a ruptura tende “a alargar-se e estender-se até tornar-se coextensiva com alguma clivagem dominante no conjunto mais amplo de relações sociais relevantes às quais as partes antagônicas ou em conflito pertencem” (Turner 1974: 38). É justamente o que ocorre. Com o bloco progressista abalado diante das políticas conservadoras aplicadas pela presidente (por muitos chamadas de “estelionato eleitoral”) e o avanço das forças conservadoras nas instituições e na sociedade, a crise se estende nas ruas e nas instituições, e o esgarçamento político do país parece chegar ao seu auge. A governabilidade se esvai das mãos da presidente cada vez mais isolada em Brasília. A Operação Lava Jato, que deu proeminência nacional e internacional ao juiz Moro, de Curitiba, fragiliza seletivamente o Partido dos Trabalhadores (portanto, o governo), especialmente ao focar intensamente sua ação sobre seu líder máximo, o ex-presidente Lula. A polêmica condução coercitiva de Lula para prestar depoimento junto à Polícia Federal no Aeroporto de Congonhas, realizada em março de 2016, gera mais volatilidade e incerteza sobre o correto funcionamento das instituições.

Chegamos assim à terceira fase, a da reparação, na qual “para limitar o alastramento da crise” são rapidamente chamados à cena “certos ‘mecanismos’ de ajuste e reparação” que podem variar de “conselhos pessoais, mediação ou arbitragem informais, até uma maquinaria formal jurídica e legal, e, para resolver determinados tipos de crises ou para legitimar outros modos de resolução, até performances de rituais públicos” (Turner 1974: 39). Aqui os cenários centrais são a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal e o Senado Federal onde, em termos goffmanianos, se dá a administração de impressões, de aparências. Havia que demonstrar que os rituais constitucionais e democráticos do *impeachment*, sob a supervisão do STF, seriam seguidos e, portanto, a hipótese de golpe estava afastada. Em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados, por 367 votos a favor e 137 contra, autoriza a instauração do processo de *impeachment* de Dilma, o qual, então, é

enviado para o Senado que se transformará em tribunal presidido pelo presidente do STF. Como seria de esperar, as interpretações jurídicas e políticas vão conformando campos cada vez mais aguerridamente polarizados e antagônicos, e os conflitos de interpretação se multiplicam, mesclando tecnicidades jurídicas e posicionamentos políticos. Afinal, estão em jogo a democracia e a República brasileiras e um mandato definido por 54 milhões de eleitores. De um lado, aqueles que denunciam o golpe jurídico, midiático, parlamentar, nomeando as forças que se uniram contra Dilma Rousseff. De outro, os que asseguram a maturidade e isenção das instituições republicanas democráticas.

O ritual na Câmara dos Deputados foi, para os brasileiros, uma triste revelação radiográfica da qualidade dos seus políticos. Esquecidos dos motivos que levavam ao pedido de *impeachment* da presidente – editar decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso e usar verbas de bancos federais em programas do Tesouro, as chamadas “Pedaladas Fiscais” –, muitos aproveitaram o momento extremo de poder e visibilidade para fazer declarações em nome de Deus, suas famílias, seus eleitores e de suas convicções. O ritual estava cumprido. Chegando ao Senado, uma comissão aprova a abertura do processo contra Dilma, e em 12 de maio de 2016, como parte do andamento do processo, a presidente é afastada pelo Senado, por um período máximo de 180 dias, enquanto o julgamento se desdobra. O vice-presidente, que já vinha articulando seu ministério, é empossado na mesma data como presidente interino. A presidente afastada passa a percorrer o país em campanhas políticas contra o *impeachment*. Um movimento “Fora Temer” se espalha. A liminaridade sobe ao máximo. Dois presidentes: um interino, outra afastada.

A quarta fase do drama social de Turner “consiste da *reintegração* do grupo social que foi perturbado ou do reconhecimento social e legitimação do cisma irreparável entre as partes em contestação” (Turner 1974: 41). É certo, o julgamento de Dilma Rousseff, em tese, poderia resultar em sua reintegração ao poder ou na legitimação do cisma que, nesse caso, significava levar a oposição brasileira à presidência da República após ser derrotada nas urnas em 2014. Mas, como se sabia, o julgamento no Senado foi uma crônica de um *impeachment* anunciado. Comparativamente mais comedidos em suas representações como políticos, os senadores aprovaram o *impeachment* de Dilma Rousseff e, em 31 de agosto de 2016, Michel Temer se torna presidente do Brasil, implementando um programa e consolidando alianças políticas no plano do poder federal que haviam perdido a última eleição. Fecha-se assim o ciclo das fases do drama com uma inversão de sinais radical na política e na administração do governo federal. Saía um bloco histórico enfraquecido, comprometido com certas políticas de inclusão, mas que não havia mudado as relações de classe no Brasil nem mudado a cultura política do país. Entrava um bloco histórico fortalecido, comprometido com políticas neoliberais, interessado abertamente em manter as históricas relações de classe brasileiras, os privilégios de sua elite e de sua classe política.

Geertz: espetáculo e política

O exercício do poder em todas as sociedades está marcado por uma série de rituais. Os poderes executivo, legislativo e judiciário cotidianamente performam cerimônias de maior ou menor escala e alcance manipulando diferentes aparências e objetivos. Um clássico da antropologia sobre a relação ritual e política é o livro de Clifford Geertz (1980). Não que

eu subscreva todas as implicações do livro, mas me serve como inspiração para pensar a relação ritual/política/Estado especialmente naquilo que o ritual esconde de processos sociais mais profundos. Também creio interessante o vínculo que Geertz traça entre Estado e teatro/espetáculo. A propensão ao espetáculo e o seu uso para exercício do poder estão presentes nos rituais de sacrifício humano dos astecas, nas execuções públicas de bruxas e hereges, nas megademonstrações dos nazistas e, muito menos dramaticamente, no cotidiano dos Estados e em momentos excepcionais como os rituais do *impeachment* de Dilma Rousseff. Na sociedade de massas, o *impeachment* foi também um espetáculo, organizado pelas instâncias de poder do Estado brasileiro, pelo bloco histórico conservador que também inclui a grande mídia do Rio de Janeiro e São Paulo e representantes do poder político econômico interessados na reviravolta política como a Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Provavelmente a TV Câmara e a TV Senado nunca tiveram eventos mais assistidos por telespectadores em aparelhos de televisão e na internet do que suas sessões de transmissão do processo. Os rituais do Estado talvez sejam aqueles que mais evidentemente indiquem o manejo de aparências. A maioria dos políticos estava convencida sobre o resultado do *impeachment* independentemente das causas técnicas da acusação. Talvez por isso o *impeachment* tenha sido uma boa ocasião para renovar barganhas com os poderes estabelecidos ou para aparecer, como na votação da Câmara dos Deputados pela admissibilidade do processo, frente aos seus eleitores e a outros, como defensores de determinados valores morais e ideológicos claramente distantes do objeto da disputa jurídica. Pode-se dizer que a tramitação do *impeachment* internamente ao parlamento brasileiro foi, para usar uma expressão de outro universo espetaculoso no Brasil, “para cumprir tabela”. Por trás do clima de euforia e algazarra, a sessão na Câmara dos Deputados acabou expondo cruamente para a sociedade brasileira o espetáculo patético da falta de representatividade e de preparo dos políticos que decidem o destino da nação.

Outro indicativo da consciência que o bloco histórico conservador tinha do aspecto espetacular e midiático foi a sincronia entre ações do processo conhecido como Lava Jato e momentos politicamente delicados para a continuidade da hegemonia do Partido dos Trabalhadores. Vazamentos seletivos para os órgãos de comunicação de massa trouxeram, não sem razão, dúvidas e críticas sobre a imparcialidade das investigações. Sabedores da imediata repercussão midiática os operadores de Curitiba chegaram a claramente abusar desses expedientes, o que lhes valeu uma leve reprimenda do STF.

A desconfiança sobre a imparcialidade da grande mídia brasileira reflete-se na denominação do *impeachment* como um golpe jurídico, parlamentar e *mediático*. A Rede Globo de Televisão, historicamente parte do bloco conservador, com o seu poder de formadora de opinião, foi particularmente ativa. Seu viés político foi alvo de denúncias e de demonstrações de repúdios, seja em frente a suas instalações, durante o trabalho de rua de suas equipes que eram recebidas aos gritos de golpistas, ou de intervenções pontuais em entrevistas ao vivo. Entre as últimas, a mais famosa foi a de um jovem que disse “primeiramente, fora Temer”, frase que logo se transformou em bordão. Já o presidente interino, sabedor da sua imensa impopularidade e temendo a reação negativa do grande e incontrolável público da cerimônia de abertura das Olimpíadas no Rio de Janeiro, um megaevento midiático global em agosto de 2016, simplesmente deixa de comparecer para não se expor ao opróbio internacional.

A disputa pelo sentido do *impeachment*, do seu espetáculo e efeitos para a vida do país, estendeu-se imediatamente para as redes sociais, um dos principais universos e caixas de ressonância do espaço público virtual, do testemunho político a distância e do ativismo político a distância (Ribeiro 2000, 2014). Aqui amizades foram desfeitas, conflitos intrafamiliares se estabeleceram ou se agudizaram numa expressão deprimente da polarização a que havia chegado a sociedade brasileira e do crescimento de uma intolerância rapidamente batizada de fascista. Mas no espaço público real (Ribeiro 2014) os conflitos também se multiplicaram e se revelaram as preferências de certos poderes estabelecidos, especialmente no estado de São Paulo, há muito na mão da oposição ao governo do Partido dos Trabalhadores. Neste âmbito, à falta de imparcialidade da Operação Lava Jato, somaram-se, de forma mais dramática para os que foram duramente reprimidos e atingidos, a violência policial aos manifestantes anti-*impeachment* e a aquiescência e simpatia aos que o apoiavam. Tratava-se de uma *avant-première* do que seria a compreensão das liberdades democráticas (de expressão, opinião e manifestação, por exemplo) do bloco que subiria ao poder.

Espetacularizada, disputada na mídia, nas redes sociais, nas ruas e nos grupos familiares e de amizades, encenada em rituais vazios de conteúdo, mas cheios de implicações para a administração da aparência institucional, a vida política brasileira foi deixando atrás de si um rastro sensorial indicativo, cada vez mais, dos limites e fracassos da forma republicana de lidar com a diversidade de interesses e pressões públicas contemporâneas. Talvez haja apenas dois resultados positivos a comemorar. Um é o massivo envolvimento da juventude brasileira, com a notável presença de jovens mulheres, na defesa e ampliação da democracia. Se a minha geração teve seu batismo de fogo na luta contra a ditadura, e a geração seguinte na luta dos caras pintadas, hoje, a jovem geração luta contra o retrocesso democrático e de políticas de inclusão. Outro resultado positivo é o surgimento de novas fontes independentes de informação, internamente às redes sociais, com um destaque especial para o Mídia Ninja.

Poder-se-ia perguntar: mas não houve avanços na luta contra a corrupção endêmica entre os políticos brasileiros, salvaguardadas as poucas e honrosas exceções? Gostaria de poder responder que sim, mas, ao menos no momento em que escrevo e olhando retrospectivamente a atuação do judiciário e do legislativo, não tenho motivos para otimismo. Por enquanto, estou convencido de que houve um golpe constitucional no Brasil (Ribeiro 2016). Infelizmente, para corroborar minha interpretação, antes mesmo da posse definitiva de Michel Temer, o que foi se estabelecendo é um *remake* da hegemonia do bloco histórico conservador sempre interessado na manutenção e exploração da desigualdade e no alinhamento automático do país com o imperialismo americano e com os interesses do grande capital.

Além da antropologia e do Brasil

Visto em linha com os golpes em Honduras (2009) e no Paraguai (2012), o drama brasileiro é por muitos pensado como outro exemplo de uma renovada estratégia do imperialismo na América Latina. A eleição em 2015 de Mauricio Macri na Argentina parece ser outra indicação de que o giro à esquerda no continente está acabando. Não sou muito

propenso a interpretações de tipo dominó, primeiro Argentina, depois Brasil, quem será o próximo, mas certamente é preciso pensar mais amplamente. O debate sobre o fim do giro à esquerda na América do Sul significa que a esquerda latino-americana, institucional ou não, precisa repensar suas visões e programas.

Além disso, há que considerar forças estruturais ainda maiores. A crise capitalista de 2008 significou outro reposicionamento das estratégias e ações neoliberais. Está claro, em todo o mundo, um novo ciclo de políticas contra os trabalhadores e o estado de bem-estar social assim como um crescimento do conservadorismo. De fato, já se fala de um giro à direita global (Wallerstein 2016). Tais movimentos eventualmente provocam fortes reações, como as do sindicalismo francês em 2016 e as próprias demonstrações de rua no Brasil. O que pode estar em jogo é o término da eficácia dos mais de 30 anos de pactos e políticas neoliberais. Os cidadãos em todas as partes estão cansados de políticos corruptos e ineptos, do aumento flagrante das desigualdades, da concentração de poder econômico e riqueza, da destruição ambiental causada por corporações ambiciosas e irresponsáveis.

A estrutura republicana com o seu suposto equilíbrio entre três poderes independentes também parece ter chegado ao seu limite. A democracia tornou-se de novo um campo de conflitos no qual os cidadãos percebem que ela também precisa ser democratizada para se alcançar estruturas e serviços estatais mais equitativos. Cresce o entendimento de que a democracia é uma luta sempre em fluxo e não um estado ao qual se chega e no qual possamos relaxadamente nos apaziguar. Como diz David Harvey (2016): “quando a democracia é conveniente, o capital é democrático, quando não for, ele encontrará formas de contornar e reconfigurar a natureza do processo democrático”. A intensificação das trocas de informações nas mídias sociais reforça e multiplica a consciência das muitas injustiças e dos muitos malfeitos existentes, contribuindo para a necessidade de redefinir a democracia. Assim, melhor saber que na política, como na vida, o fluxo é contínuo e em permanente mudança. Nem mesmo o mais poderoso totalitarismo pode frear esta dinâmica.

O drama brasileiro, portanto, deve ser compreendido em um quadro mais amplo de transformações. O seu desfecho e rumo encontram-se em disputa por muitas forças políticas. Dada a presente volatilidade da vida política e institucional do país, certamente momentos importantes ainda estão por se desenrolar.

Referências

- GEERTZ, Clifford. 1980. *Negara: The theatre state in nineteenth-century Bali*. Princeton: Princeton University Press.
- HARVEY, David. 2016. “Não acredito que Temer e Macri vão ficar no poder por muito tempo”. Entrevista à *Carta Capital*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/201cnao-acredito-que-temer-tera-forca-politica-por-muito-tempo201d>>. Acesso em: 23 out. 2016.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2000. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- _____. 2014. *Outras globalizações. Cosmopolíticas pós-imperialistas*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

- _____. 2016. "The Brazilian Political Conundrum". *LASA FORUM Summer 2016*, XL-VII(3):12-13.
- TURNER, Victor. 1974. "Social dramas and ritual metaphors". In: _____. *Dramas, fields and metaphors. Symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press. pp. 23-59.
- WALLERSTEIN, Immanuel. 2016. "Como deter a virada à direita". *Outras palavras. Comunicação compartilhada e pós-capitalismo*. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/wallerstein-como-deter-a-virada-a-direita/>>. Acesso em: 23 out. 2016.

Recebido em 23 out. 2016.

Aceito em 23 out. 2016.